

Lopo do Nascimento e Paulo Lukamba «Gato», secretários-gerais do MPLA e da UNITA, traçam o quadro político-militar em que se encontra Angola, mais de cem dias após a assinatura do cessar-fogo, na sequência do protocolo de Lusaka

“Quem perdeu também pode ganhar”

EXPRESSO, 11 3 95

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda

EXPRESSO — Cem dias após a assinatura do protocolo de Lusaka, que avaliação faz da sua aplicação?

LOPO DO NASCIMENTO — Existe um atraso criado pela UNITA. Continua a não haver livre circulação de pessoas e bens; há movimentações de tropas e meios da UNITA, sem comunicação às Nações Unidas e à revelia do que foi acordado durante as reuniões militares de Tchippa e Wa Kungo. Existem, de facto, reservas em relação ao protocolo expressas publicamente pelo presidente da UNITA e concretizadas no terreno. É sintomático o afastamento de Eugénio Manuvakola — que assinou o acordo — do cargo de secretário-geral da UNITA.

EXP. — Como signatário dos acordos de Bicesse que diferenças vê entre estes e o protocolo de Lusaka?

L.N. — O protocolo de Lusaka constitui um complemento dos acordos de Bicesse. O que não obsta a que se detecte entre os dois uma concepção política diferente: em Bicesse prevaleceu o conceito geralmente aceite em todo o mundo pelos governos democráticos segundo o qual, depois das eleições, «quem ganhou, ganhou; quem perdeu, perdeu».

EXP. — E em Lusaka?

L.N. — De Lusaka, saiu a concepção de que «quem perdeu também ganha alguma coisa do poder». Mas a UNITA quer ir mais longe; acha que o perdedor das eleições é que deve ganhar tudo...

EXP. — Diz-se que será difícil aplicar o acordo sem a presença dos capacetes azuis; esta, por sua

vez, só virão para Angola quando o cessar-fogo estiver consolidado. Perante este cenário, como ficamos?

L.N. — A vinda dos capacetes azuis está condicionada à existência de certas situações, mas o aumento do número de observadores que se tem verificado pode ser um bom ponto de partida se lhes forem dadas condições de operacionalidade. É preciso entender que os capacetes azuis não vêm

americanos nem queriam ouvir falar de participar num governo conjunto. A actual posição da UNITA não está de acordo com o protocolo de Lusaka, nem com as decisões resultantes das discussões havidas sobre esta participação; prova, perante a opinião pública, que a UNITA não tem uma opção coerente na matéria mas sim opções sujeitas a situações circunstanciais.

EXP. — Como avalla a posição de Portugal como país observador, frequentemente posto em xeque pela UNITA por alegado envolvimento no fornecimento de material de guerra a Angola?

L.N. — Apreciamos os esforços de Portugal em ajudar os angolanos na busca de uma solução de paz duradoura, que pensamos estar de acordo com os interesses de Portugal e Angola. A nossa apreciação não pode ser influenciada por questões de política interna portuguesa.

EXP. — E os americanos?

L.N. — Julgamos que os americanos também estão empenhados na procura de uma solução de paz, mesmo se, às vezes, não temos opiniões coincidentes.

EXP. — Remeteu-se a um silêncio prolongado que coincide com uma profunda crise no MPLA, de que emergem um clima de mal estar e algumas críticas públicas que lhe foram dirigidas pelo Presidente Eduardo dos Santos. Porquê?

L.N. — Não estou a fazer nenhuma gestão do silêncio; considero que algumas questões têm o seu tempo e local para serem abordadas. As críticas geram um nível de preocupações e as intrigas geram outro; a crítica pode ser benéfica, a intriga nunca, porque desagrada.



Lopo do Nascimento: o atraso favorece a Unita

para fazer a paz, mas para mantê-la.

EXP. — Quem, quer ao nível do governo quer ao nível da UNITA, poderá ganhar com os atrasos e a situação de impasse que se verifica actualmente?

L.N. — O atraso favorece a UNITA porque lhe dá possibilidades de reorganização militar.

EXP. — Antes das eleições foi um dos primeiros defensores de um Governo de unidade nacional. A UNITA acaba agora de rever a sua posição inicial e condiciona a sua participação no Governo a um programa comum com o MPLA. Como é que analisa essa inflexão?

L.N. — Nos últimos cinco anos, tenho reflectido sobre os processos de transição em África, em condições de pós-guerra. Durante o tempo negocial de Bicesse, a UNITA e os

Lopo do Nascimento e Paulo Lukamba «Gato», secretários-gerais do MPLA e da UNITA, traçam o quadro político-militar em que se encontra Angola, mais de cem dias após a assinatura do cessar-fogo, na sequência do protocolo de Lusaka

“Todo o obstáculo será removido”

EXPRESSO, 11.3.95

EXPRESSO — Com o processo de paz aparentemente encalhado, como é que avalia a aplicação dos acordos de Lusaka?

PAULO LUKAMBA «GATO» — Um acordo tão frágil como o de Lusaka exige um esforço aturado, muita imaginação e sobretudo concentração e diálogos permanentes para se poderem ultrapassar os vários obstáculos. Da nossa parte, não há obstáculos intransponíveis. Há, isso sim, vontade deliberada do Governo de dificultar o processo procurando a todo o custo pretextos para desencadear a guerra, até porque investiu biliões de dólares para comprar tanques, aviões de caça, mercenários. Acredito, no entanto, que a paz no nosso país será uma realidade.

EXP. — As maiores dificuldades parecem situar-se ao nível das altas patentes militares, quer da UNITA quer do Governo. Houve falta de previsão em Lusaka ou optimismo exagerado do mediador da ONU?

P.L.G. — Nem uma coisa nem outra. A situação actual do processo de paz decorre do Governo, que pensa que este conflito se pode resolver considerando apenas a vertente militar. As divergências de fundo entre o meu partido e o MPLA são políticas. O dr. Savimbi propôs a Eduardo dos Santos que uma comissão mista Governo/UNITA se encontrasse entre os dias 19 e 25 de Fevereiro último para preparar a agenda e acordar a data e o local do encontro entre ambos. A resposta do Governo foi negativa. Entretanto, continua a agitar o espantinho do não desengajamento das nossas tropas do Uíje para o Negage. Esperamos que a UNAVEM, que constatou a retirada da UNITA, assumas as suas responsabilidades e diga o que se passa no terreno para não nos entretermos com falsos problemas.

EXP. — A contestação, por alguns comandantes do seu movimento, aos entendimentos a que chegaram as chefias militares do Governo e da UNITA constitui um perigo acrescido para o processo de paz?

P.L.G. — A UNITA nunca escamoteou as divergências no seu seio até ao VII congresso. Foi a primeira oportunidade que os seus militantes tiveram para, depois dos massacres

P.L.G. — Não penso que possa haver vencedores neste processo. A UNITA já pagou bem caro o preço da paz e não permitirá que o destino dos angolanos seja preterido indefinidamente. Cabe agora ao MPLA dar a sua contribuição abandonando a lógica da guerra e deixando de obstaculizar a paz.

EXP. — O Governo afirma que a UNITA se prepara para recomeçar a guerra. Quer responder a estas acusações?

P.L.G. — Se os dirigentes de Luanda, aplicassem 20% da sua imaginação à solução dos problemas do país, estes já estariam resolvidos. É falso que a UNITA esteja a receber material letal a partir do Negage, e UNAVEM pode confirmar que não existe tensão no norte nem no centro.

EXP. — Em Bicesse, a UNITA rejeitou a formação de um governo de unidade nacional. Diz agora que só aceita participar no Governo se houver um programa comum. Porquê essa mudança?

P.L.G. — Desde os acontecimentos de 1992, em Luanda, os militantes do nosso partido nunca tiveram a possibilidade de se encontrarem e debaterem os grandes problemas do partido e do país. Consultados os militantes concluiu-se o que consta das resoluções do congresso, que condiciona a nossa participação no Executivo do MPLA à elaboração de uma plataforma comum de governo.

EXP. — Porquê é que a UNITA insiste em duvidar da posição de Portugal como país observador?

P.L.G. — O Governo português tem mantido uma posição incompatível com o seu estatuto, como mediador e observador que exige imparcialidade total e equidistância. O Governo português optou pelo «business» em detrimento da amizade e solidariedade com todo o povo angolano.



Lukamba «Gato»: não há vencedores

de Luanda, num debate aberto, frontal e contraditório, cantar uma única linha de pensamento e acção. As resoluções do congresso são a prova evidente do empenhamento de toda a UNITA no caminho da paz. Todo o obstáculo que se erguer agora contra a linha do partido será removido.

EXP. — Quem, da UNITA ou do Governo, pode tirar maior proveito dos atrasos na aplicação dos acordos?



ESTUDOS
AFRO-ASIÁTICOS

CONJUNTO UNIVERSITÁRIO CANDIDO MENDES





vozes em português

Papeteia*

Pacaças e ovnis

PÚBLICO, 11.3.95



Meu amigo Gabi é conhecido caçador de pacaças. Em tempos mais antigos seria chamado de empacaceiro, como vem referido nos livros. Mora no Bairro Operário e tem dois cuidados na vida: tratar com todo o carinho o Land Rover e a sua arma. Foi ele que me contou e jurou a pés juntos ser tudo verdade. Pus certas reservas, não por duvidar da palavra do Gabi, mas porque à noite muita coisa acontece, para a qual se procuram explicações nem sempre as melhores. Mas deixemos as filosofias e vamos aos factos.

Os grandes caçadores de Luanda, daqueles sérios, que vão de carro e todos os rios, não como alguns que surgiram mais tarde que até helicópteros utilizam, não deixaram de partir nos fins-de-semana para caçar uns bichos, mesmo em tempos de guerra, de emboscadas e minas nos caminhos. Gabi é um deles. Pois um dia, há dois anos, chegou com os companheiros a uma aldeia entre o Kuanza e o Bengo, centro das pacaças da região. Encontraram a população em preparativos bélicos e pensaram se tratar de algum ataque dos do outro campo. Não era nada disso.

Os populares contaram que estavam revoltados contra um velho, que habitava junto de uma lagoa ali perto, de onde todas as noites vinham luzes estranhas no céu, sem ruído de relâmpagos nem nada, apenas luzes que pesavam mais ou menos à mesma hora. E como consequência do fenómeno, as pacaças tinham desaparecido da zona. Ora é interaccionalmente conhecido que a carne de pacaça é a melhor para o funje de carne seca. Especialmente se se comer o funje, não à moda da cidade, com garfo ou colher, mas com os dedos, fazendo bolinhas que se molham no molho de carne seca. De se lambem os dedos e não são os beijos. Dizem os populares que evidentemente o velho era poderoso muloji, isto é feiticeiro, que com as luzes estranhas andava a roubar as pacaças para as suas práticas diabólicas. E esse crime só tem um castigo, a morte.

Os caçadores tentaram acalmar a população e promoveram ir investigar. O Land Rover arrancou para a lagoa onde habitava o velho, onde constataram se tratar de um pobre pescador, mais se-

sustado que os camponeses do kimbo com as luzes que de repente invadiram as tranquilas noites à beira da lagoa. De pacaças não sabia ele nada, apenas de coelhos e pulcos, que apanhava em armadilhas para variar a alimentação, pois os cacussos não peixe fantástico mas todos os dias também é demais. Depois desta conversa que os convenceu das honestas razões do velho, os caçadores voltaram à aldeia para tentar acalmar os ânimos.

A meio do caminho o motor do carro parou de súbito. Só os feixes continuaram a funcionar. Viram acima deles uma massa enorme com luzinhas de todas as cores, que se imobilizou a uns cem metros das suas cabeças. E claro que todos saíram do jipe e procuraram se camuflar no capim alto. Caçadores experientados e destemidos, houve entre eles quem molhasse instantaneamente as calças. Não era vergonha nenhuma confessar, tal a estranheza do fenómeno e a surpresa repentina. Há muito constatei que só as pessoas corajosas são capazes de reconhecer os súbitos terrores, o que vem abonar mais para a veracidade das afirmações do Gabi e companheiros. Encontrados no mato, com o covilho em trote enfurecido, boca seca e calças molhadas, ficaram minutos a olhar de abaixo para as luzes que giravam em cima do Land Rover, em núcleo de trabalho de inspecção à distância. E depois o objecto enorme, do tamanho dum casca e de forma arredondada, se pôs silenciosamente em movimento, a caminho do kimbo para que se dirigiam.

Aos poucos se juntaram no carro, contando-se para ver se faltava alguém. Depois de algumas hesitações, o motor lá pegou. Chegadas ao kimbo, o ambiente ainda estava mais efervescente. Foi muito difícil convencer os camponeses de que o pescador nada tinha a ver com o que todos tinham presenciado. Contaram a cena de se terem atirado para o capim, exageraram nas molhadelas de calças e os outros finalmente riram, fazendo diminuir a tensão. E o meu amigo Gabi explicou que era um ovi, um disco voador. Nunca ouviram falar?

Claro que ninguém tinha ouvido. Nem tão-pouco de estraterrestres, de gente de outros planetas, nem planeta sabiam o que era, a Lua era um planeta?, disparates, a Lua era um disco que es-

tava lá pregado no céu para nos iluminar as noites, filha do Sol ou mulher dele, conforme as crenças, para algumas pessoas o espírito das próprias mães já falecidas. Discusões complicadas, em que os conhecimentos de astronomia dos caçadores também não eram muito profundos e por isso as explicações pouco convincentes. Sobretudo não seberiam responder à insistente pergunta dos camponeses, então porque que essas pessoas que vêm lá de cima depois da Lua, como vocês dizem, nos estão a roubar as pacaças? Uma coisa conseguiram, foi convencer os outros de que o velho pescador não era feiticeiro nenhum e até lhes erria muito útil, pois podia trocar os seus cacussos com a mandioca deles.

Os tempos foram passando e sempre que encontrava o Gabi perguntava: e as pacaças? Nada, o disco voador levou todas, nunca mais se caçaram os apetecidos antílopes. Os caçadores da região contentam-se agora com carnes menos nobres. E não é que leio há dias no jornal que uma ova em tudo semelhante aconteceu com outro grupo de caçadores, mais a norte do Bengo? As mesmas luzes, o motor que falha, os caçadores que se atiraram para o capim. É uma diferença: estas que contaram para o jornalista não tiveram a bondade de dizer que injuraram as calças, mas tenho a certeza de que estão a esconder algo.

Encontrei o meu amigo Gabi todo excitado, leste a notícia do jornal? É o mesmo disco voador, é o mesmo. E agora anda a espanhar as pacaças a norte do Bengo. Qualquer dia não há pacaças em Angola. Com todas as desgraças que nos acontecem, agora mais isto. O Gabi anda mesmo desanimado com os rumos do país, em riscos de perder as pacaças todas.

— Mas, ó Gabi, acredita mesmo que estão a levar as pacaças? — É claro, meu, ainda tens dúvidas? A fama do nome funje de carne de pacaça corre longe, até os maricanos lambem os dedos.

O largo peito de Gabi cresceu mais de orgulho patriótico. Tens dúvidas, meu? Onde encontraram eles melhor peixe? E eu fico a pensar que o Gabi tem razão e não é só o nome peixe que vai longe, como se diz numa propaganda por aí? *

* escritor angolano

as sete partidas do mundo

VUMVUM foi durante muitos anos uma das vozes mais populares das noites africanas de Lisboa. Depois desapareceu. Respece agora na Alemanha, onde se radicou, com um álbum novo, "Muzangola", produzido por uma pequena editora especializada em música étnica, a Tropical Music. O disco recolhe dez temas inéditos, em português e quimbundu, com ritmos que exploram a tradição angolana — semba, cabetula, quilapanga —, não ignorando outras fontes, como a música brasileira, de que Vumvum sempre foi um intérprete original.

NOVEMBRO vai ser o mês de África na Holanda. A cidade de Maastricht, tornada tristemente célebre por um acordo infeliz para os africanos, irá acolher desta vez uma grande conferência internacional dedicada ao futuro do continente. Paralelamente à conferência, com inauguração prevista para 15 de Novembro, decorrerá um vasto programa cultural. No que diz respeito às artes plásticas, foram seleccionados cinco países africanos, entre os quais Angola. Miguel

Patchkovski, artista angolano há oito anos a viver em Amsterdã, é um dos responsáveis pela iniciativa, que conta com o apoio do Governo holandês. Na opinião de Patchkovski esta é "uma excelente oportunidade para a arte angolana se afirmar a nível internacional". A exposição de artistas africanos será itinerante, partindo de Maastricht e seguindo para Utreque, Roterdão e Amsterdã.

A GUERRA civil de Angola é o tema de um livro recentemente lançado em França pela editora L'Harmattan. "Angola: 20 Anos de Guerre Civile — Une Femme Accusée", tem a assinatura de Dia Kasembe, pseudónimo de uma escritora angolana refugiada em França. No seu livro, Dia Kasembe acusa a UNITA e o MPLA de terem "aberto as portas de Angola às potências estrangeiras mais destrutivas e avidas do planeta — a URSS e os Estados Unidos — transformando o país num inferno". A escritora interroga-se ainda sobre as possibilidades de recuperar Angola, afastando os dias "loucos da guerra".

NA TERÇA-FEIRA, a Galeria Moira — Rua Nova da Piedade, nº 33, em Lisboa —, inaugura uma exposição de arte antiga africana. Anciani Art of Africa, que reúne uma importante colecção de objectos com valor museológico, entre esculturas, máscaras, adornos, armas e mobiliário. Além de chamar a atenção para a qualidade artística desses objectos, a mostra também serve — na opinião da fotógrafa zimbabuana Moira Forjaz, proprietária da galeria — para compreender até que ponto a arte moderna do Ocidente sofreu a influência de África. Artistas fundamentais como Picasso reconheceram essa influência. "Entre 1910 e 1915", diz Moira Forjaz, "Modigliani dedicou-se exclusivamente à escultura criando quase 50 esboços em pedra onde mostra claramente a influência das máscaras africanas." Entre os objectos expostos, há máscaras de Angola e Moçambique.

João Eduardo Aguiar

CLIPPING SEMANAL
SOBRE OS PAÍSES
AFRICANOS DE
LÍNGUA OFICIAL
PORTUGUESA E
ÁFRICA AUSTRAL



Ventos de mudança na Renamo

José Pinto de Sá,
em Maputo

Após a Conferência Nacional da Renamo, realizada em Fevereiro, na província da Zambézia, Afonso Dhlakama serve-se da influência que ali consolidou, encetando uma remodelação de fundo no seu partido e substituindo a liderança "histórica" por caras novas.

Anova direcção da Renamo, anunciada por Afonso Dhlakama, compreende dez chefes de departamento e um secretário-geral, posto que será exercido por José de Castro, que ocupou a vice-presidência da Comissão Nacional de Eleições e fora anteriormente representante do partido em Portugal. O anterior titular, Vicente Ululu, foi afastado do cargo na Conferência Nacional da Renamo, à semelhança do que sucedeu com muitos dirigentes "históricos" dos tempos da guerra civil, travada de 1977 a 1992.

Durante a Conferência Nacional, que decorreu há três se-

PÚBLICO, 13.3.95 manas em Quelimane, foi decidido que os deputados da Renamo deveriam abandonar os seus postos na hierarquia partidária, para alegadamente se concentrarem nas suas tarefas parlamentares. A medida, proposta por Dhlakama, afastou de uma vez toda uma série de dirigentes "históricos", incluindo Ululu e Raul Domingos, chefe do Departamento de Assuntos Políticos e o mais poderoso concorrente de Dhlakama no partido. Afonso Dhlakama afirmou, contudo, que "alguns membros seniores da Renamo que hoje estão no Parlamento" poderão integrar a Comissão Política Nacional do partido, um órgão de 25 membros agora criado para analisar regularmente a situação no país.

O novo secretário-geral da Renamo, conhecido como José de Castro, chama-se na verdade Francisco Xavier Marcelino, é casado, tem 50 anos e nasceu em Nampula. Estudou até à nona classe e foi funcionário público, antes de ser raptado pela Renamo. Aderindo à Resistência, rapidamente ascendeu a altos cargos e veio a integrar a delegação às conversações de paz com o Governo, efectuadas na Comunidade de Santo Egidio, em Roma.

Em substituição de Raul Domingos, o departamento de Assuntos Políticos passa a ser liderado por Carvalho Pensado, um professor de matemática natural do Tete. João Almiran-

te, conhecido em Portugal, vai chefiar o departamento de Relações Exteriores do partido.

Para além destas nomeações, Afonso Dhlakama anunciou igualmente a criação de três novos departamentos na Renamo, para as áreas de Defesa e Segurança, Planeamento e Assuntos Sociais. Para a Defesa e Segurança indigitou o general na reserva Mário Frank, que foi co-fundador da Renamo aos 20 anos de idade, em 1977. A liderar o departamento de Estudos e Planeamento ficou o engenheiro electrotécnico nampulense Luís Mecupia.

Descentralização

Lourenço Macome, um antigo combatente gazense de 34 anos, foi apontado para chefiar o novo departamento dos Assuntos Sociais. "Queremos que este departamento se ocupe, fundamentalmente, dos problemas (dos órfãos, viúvas e antigos combatentes da Renamo) nas zonas rurais", explicou Dhlakama, citado pelo semanário independente "Savana".

Para além destas nomeações, o presidente da Renamo também anunciou importantes mudanças estruturais. Num esforço de descentralização, a Renamo vai instalar seis dos dez departamentos do partido em capitais provinciais, nomeadamente Nampula, Beira e

Xai-Xai.

Dhlakama também revelou que a nomeação dos chefes de departamento, que compete ao presidente do partido, terá que ser homologada pelo Conselho Nacional. Segundo disse, as presidências do CN e do partido deixarão de ser assumidas pela mesma figura, por forma a acentuar o esforço de descentralização.

Logo após estas revelações, Afonso Dhlakama iniciou, na terça-feira, um périplo europeu de 21 dias, que o levará sucessivamente à Alemanha, Inglaterra, Bélgica (sede da União Europeia) e Espanha (com eventual prolongamento até Itália). A viagem de Dhlakama, descrita como "de carácter privado", coincide com a deslocação do Presidente Joaquim Chissano à Dinamarca, para onde partiu na quinta-feira, a fim de participar na conferência mundial sobre o Desenvolvimento Social. Notícias não confirmadas indicam que o chefe de Estado moçambicano poderá escalar no dia 13 a capital francesa, para seguir de perto a reunião do Clube de Paris, considerada crucial para o futuro do país.

[Enquanto isto, um boletim da área da Renamo, o "Imparcial", dirigido por Miguéis Lopes Júnior, denunciou que o regimento que está a ser preparado para o Parlamento reduz o mesmo "à expressão mais simples", num "regresso ao absolutismo por outros meios".] ●

Maputo volta a interessar-se por Timor-Leste

Mudam-se os tempos...

PELA PRIMEIRA vez em dois meses de novo Governo, o Conselho de Ministros moçambicano abordou a questão de Timor-Leste, nomeando o embaixador Gonçalves Sengo para elaborar um dossier sobre a matéria. Sengo recebeu ainda a missão de estabelecer "um contacto mais estreito e regular com os partidos timorenses".

O Grupo de Solidariedade com o Povo de Timor-Leste (GSPTL), que acabava de publicar um comunicado denunciando "a crescente cumplicidade do Governo de Moçambique com a Indonésia", manifestou simultaneamente surpresa e satisfação com a notícia. O seu coordenador, Carlos Vilares, disse ao PÚBLICO que ainda é prematuro tirar ilações e que as cau-

PÚBLICO, 13.3.95 sas da mudança de atitude do Governo de Maputo permanecem pouco claras.

O novo interesse de Maputo por Timor-Leste surge aparentemente a contra-corrente, depois de dois anos de crescente relacionamento com Jacarta. Vilares espera que isso signifique uma vontade de regresso aos tempos da "solidariedade activa" com Timor ou, pelo menos, ao "pragmatismo honesto".

Durante a governação de Samora Machel, Moçambique apoiou firmemente a resistência timorense — embora a personificasse na Fretilin — e recusou-se sempre a estabelecer relações diplomáticas com a Indonésia. Em 1976, Joaquim Chissano, então MNE, assinou em Maputo o protocolo para o estabelecimento de relações di-

plomáticas entre a República Popular de Moçambique e a República Democrática de Timor-Leste. Moçambique concedeu asilo e apoio a um grupo de activistas timorenses liderado pelo secretário para as relações exteriores da Fretilin, Mari Alkatiri.

Timor mais longe

Mas a "solidariedade activa" para com os timorenses não sobreviveu muito tempo a Samora Machel. O Governo de Joaquim Chissano mostrou-se desde logo mais favorável a conciliar o apoio à causa timorense com um relacionamento pragmático com a Indonésia. Com o andar dos anos, Timor foi ficando cada vez mais longe e os indonésios aproximaram-se cada vez

mais.

Em Agosto de 1991, Maputo estabeleceu relações diplomáticas com Jacarta, sem mencionar qualquer reserva em relação a Timor. O facto nunca foi oficialmente comunicado à resistência timorense nem sequer anunciado publicamente. A notícia foi divulgada em Moçambique via BBC e o Governo só se explicou depois de pressionado pelos jornalistas. Em Março do ano seguinte, Moçambique apoiou a candidatura de Suharto à presidência dos Não Alinhados.

Continua na pág. 5



Celebrações do Gwaza-Muthini renascem pelo centenário

Trabalho
José Paulo de Sá em Marracuene

A festa proibida de Marracuene

PÚBLICO MAGAZINE, 12.3.95

Manda a tradição que os festejos se iniciem com uma caçada aos hipopótamos no rio Incomati, que passa por Marracuene a vinte quilómetros da foz, na baía de Maputo. Os velhos evocam ainda excitantes episódios de caça ao paquiderme, armados apenas de zangais, a bordo de frágeis almadias a cada momento ameaçando voltar-se e atirar-se à correnteza e aos crocodilos.

Evocando a sua infância em Marracuene, o pintor Malangatana recorda que, nos anos quarenta, eram mortos dois animais grandes. Puxados para a margem, eram ali espartilhados e a sua carne consumida num grande churrasco colectivo, que reunia a multidão atraída pelos festejos.

O costume perdeu-se, por falta de hipopótamos. Além dos caçadores, a crescente salinização do curso inferior do rio afastou para sempre daquelas paragens hipopótamos e crocodilos. Hoje em dia, são golfinhos que, por vezes, aparecem em redor do velho batelão, nadando e saltando nas águas barrentas.

Sem hipopótamos, agora os festejos iniciam-se pela cerimónia votiva, realizada no sítio onde o quadrado português foi atacado pelos guerreiros de Magaia e de Zixaza. Em princípio, seria às quatro da manhã, à hora a que a batalha começou, mas esse preceito não é seguido a rigor, nem pouco mais ou menos. Neste ano, pelas cinco horas, só havia no local alguns músicos, que acendiam ainda as fogueirinhas para afinarem os tambores aquecendo as peles junto das chamas.

Já o sol se levantara quando começaram a chegar os oficiais. Eram velhos e velhas, últimos netos vivos dos que lutaram e morreram em Marracuene. As mulheres vestiam à maneira camponesa, enroladas na capulana e de lenço na cabeça. Os homens envergavam os seus fatos domingueiros ou vestiam verdadeiras aproximadas dos antigos trajes guerreiros, misturando sem complexos velhas peles e franjas de "nylon".

Sempre cantando, os anciãos deambularam em grupo pelo local da refrega, uma clareira aberta no alto, entre uma mata de grandes árvores e o barranco. Lá em baixo passa o Incomati rasgando a perder de vista sinuosas curvas na imensa planície verde. Já vai perto do mar e espalha-se muito, galgando as margens todos os anos, pelas cheias.

A pesar do aspecto alteroso, o rio tinha, em Marracuene, o seu único vau muitos quilómetros em redor. A sul ficava Lourenço Marques, capital dos portugueses. A norte ficava Mandlakazi, capital do império de Gaza. Foi a pensar nisso que, há cem anos, quando o comissário-régio António Enes resolveu aprisionar o imperador Gungunhana, começou por mandar ocupar o local.

A coluna portuguesa instalou-se sem problemas, mas, à quarta noite, foi atacada pelas forças dos chefes Maazul Magaia e Matibejana Zixaza, súbditos de Gungunhana. Insurgindo-se contra um aumento de 50 por cento no "imposto de palhota" cobrado pelas autoridades coloniais, os chefes revoltaram-se.

Os portugueses sustentaram os ataques e conservaram Marracuene, onde cruzaram o Incomati dois anos depois para ir atacar Gungunhana na sua capital. António Enes mandou instalar uma guarnição permanente de cem homens em Marracuene e ali criar uma povoação, que se chamou Vila Luísa, em honra da sua filha.

Passado um século, foi um neto de Maazul que dirigiu a cerimónia, que consiste em verter na areia corveja de canho fermentada de fresco, para dar de beber aos espíritos. Em taonga vernáculo, o velho pediu aos antepassados que enviassem chuva, para que o ano tenha colheitas fartas. Quando ele acabou, um homem magro, de olhos injectados pelo álcool, fez soar o xipalapala, a trompa de cornu de antilope que é tocada nas grandes ocasiões. Os presentes responderam em coro, gritando por três vezes a saudação aos chefes: "Bayete! Bayete! Bayete!"

Chegado o momento dos sacrifícios, Magaia cedeu o centro das cerimónias a um curandeiro. Era o homem mais novo do grupo e trajava à europeia, amarrando por

cima a capulana swazi vermelha e preta que distingue os do seu mister. O curandeiro sacrificou primeiro três gali-

Proibida nos tempos

do Poder Popular,

renasceu em força.

Com música, dança

e bebida para todos,

a festa do Gwaza-

Muthini recorda os

mortos do Quadrado

de Marracuene, uma

batalha decisiva

para a colonização

portuguesa

em Moçambique.

nhas brancas, quebrando-lhes o pescoço com uma varinha curta. Trouxeram-lhe de seguida um cabrito, que deitaram por terra e imobilizaram, de patas para o ar. Com um golpe certo, cravou-lhe no coração uma zagaia de cabo curto, a arma concebida há duzentos anos pelo imperador Chaka para equipar os temíveis exércitos zulus.

Toda a gente gritou de novo os três "Bayete". A cerimónia tradicional tinha chegado ao fim. Era a vez da cerimónia oficial. ● ● ●

Os chefes tribais, que o colonialismo submetera, viram a sua sorte agravar-se durante o Poder Popular. Samora Machel acusava-os de ter pactuado com o colonialismo e muitos foram sumariamente enviados para campos de reeducação a seguir à independência. Durante a guerra civil, a maior parte apoiou a Renamo, que advoga a reabilitação prioritária do poder tradicional a nível local. A velha rainha Magaia, Massinguitane, nota de Maazul, queixou-se amargamente: "Sabem que somos nós os chefes, mas ninguém nos obedece." ● ● ●

Cerimónias e ritos tradicionais foram sistematicamente combatidos pela propaganda frelimista, que os incentivava como vestígios malfélicos do feudalismo entrando a criação do Homem Novo. Celebrados mesmo nos anos mais negros da ocupação colonial, os festejos do Gwaza-Muthini foram proibidos pelas autoridades da Frelimo a partir de 1974.

Após duas décadas de interdição, o aniversário da batalha foi revidado no ano passado, por iniciativa de um grupo de filhos ilustres de Marracuene, incluindo Malangatana. O Gwaza-Muthini voltou para ficar, a julgar pelo interesse que está a despertar entre muitos moçambicanos criados na geração do Poder Popular, que se queizam de ter perdido contacto com a sua tradição cultural.

Ana Magaia, a actriz mais popular do país, estudou teatro na Europa e a sua postura de "moçambicana emancipada" já lhe valeu críticas e dissabores. No entanto, fez questão de que o filho adolescente fosse este ano a Marracuene, para se inteirar do passado da sua gente. "É importante", diz ela.

Embora tolerada, a tradição continua a ser olhada com desconfiança pelo Governo e as festas do centenário revelaram bem as vivas discrepâncias entre poder moderno e poder tradicional. Neste ano, o Presidente Joaquim Chissano não podia ignorar a celebração de uma data tão importante na história moçambicana. Contudo, os velhos insistiram teimosamente em que a cerimónia era deles e que a eles competia dirigi-la, mesmo que o Presidente da República lá fosse. A solução achada foi, no mínimo, inesperada. ● ● ●

Quando os velhos acabaram a sua cerimónia, Chissano começou. A horas mais protocolares. Lá para o meio da manhã. Chegou no "4x4" presidencial vindo de Maputo, rodeado de batelões a soar sirenes. Organizados pela administração local, grupos folclóricos e população alinharam-se à entrada da vila, para acolher o Presidente da República.

Seguindo o protocolo habitual, Chissano passou em revista os grupos folclóricos. O sol já batia muito forte e a manhã era quente e húmida, como é costume em Feve-

Continua na pág. 7

O Quadrado de Marracuene

A NOITE DE 1 PARA 2 DE FEVEREIRO DE 1895 decorreu em absoluta tranquilidade no campo português. A coluna, que levava dois dias a percorrer os trinta quilómetros que separam Lourenço Marques e Marracuene debaixo de chuvas intensas, acampou em quadrado num ponto alto sobranceiro ao rio. Era formado por mais de doiscentos homens, entre europeus e africanos, e incluía forças de infantaria, cavalaria e artilharia, com os respectivos trenos de combate. Comandavam a coluna os majores José Ribeiro e Celdas Xavier.

A escassez de meios para assegurar a ligação por terra à retaguarda levou o comando colonial a optar pela via fluvial, recorrendo à estafade "esquadrilha do Incomati", que incluía um antigo vapor negroiro e duas lanchas rocoires.

Durante três dias e três noites, coluna e esquadrilha permaneceram em Marracuene, fustigadas pelo mau tempo e frustradas pela espera. A ausência do inimigo levou as tropas portuguesas a acreditar que a sua presença o afastara para a margem esquerda do rio e que seria preciso ir procurá-lo ao outro lado. Enganavam-se.

Às 4 horas do dia 2, ainda escuro, tocou a alvorada. Os soldados levantaram-se quando um grupo de guerreiros atacou o quadrado à zagaia — "com indizível arroj", como descreveu um militar colonial, vestindo os uniformes de um piquete que entra em sentinelas — e penetraram nas linhas portuguesas.

O quadrado caiu no flanco direito, guarnecido pelo batelão de Caçadores 3, que António Enes descreveu como um bando

de recrutas de Angola, uns velhos, outros tuberculosos, "vadios e gatumos das cidades da costa ocidental, agarrados a cordel e metidos a bordo do navio". A primeira vaga de atacantes devia ser seguida pelo grosso das forças de Magaia e Zixaza, mas o seu ataque provavelmente salvou a expedição colonial, que, após um momento de hesitação, conseguiu evitar a debandada.

"Ao mesmo tempo que os intrépidos assaltantes são mortos um a um no interior do quadrado, uma esquadra de infantaria da Polícia corre e fecha a bracha na face norte", evoca o general Teixeira Botelho, recordando que, ao mesmo tempo, "os angoleiros reformam-se e fazem frente ao inimigo".

Perdido o factor surpresa, o grosso das forças africanas foi acolhido à chegada por intenso fogo do quadrado reconstruído, apoiado pela "esquadrilha do Incomati", fundeada de fronte. Pouco depois, pelas seis horas, os assaltantes batiam em retirada. "É ingratível, todavia, que os nossos tinham estado à beira de um pavoroso desastre", considerou um historiador militar português.

O combate durou uma hora e meia. Do lado português, tinham caído "três europeus e mais trinta negros". Do lado oposto, "havia por terra uns cinquenta".

"Os cadáveres dos revoltosos foram queimados numa fogueira noturna com pólvora, que impregnou a atmosfera de vapores nauseabundos", escreveu o comissário-régio António Enes. "Os nossos mortos tiveram sepultura em covas bem fundas, e poucos lugares donde tinham morrido pela pátria à beira do Incomati". ●

PSP carrega sobre estudantes angolanos

PÚBLICO, 14.3.95

UMA CENTENA de estudantes angolanos vindos de diversas universidades portuguesas que realizavam uma "vigília de protesto" diante da embaixada de Angola em Lisboa foram ontem à noite vítimas de uma carga policial. Os estudantes reclamavam o pagamento das respectivas bolsas de estudo ao Governo angolano — que estarão atrasadas entre 14 e 16 meses —, mas não obtiveram qualquer resposta oficial.

Durante a vigília, os estudantes conseguiram impedir que o embaixador Rui Mingas — que se recusou a dialogar com eles ou a fornecer informações aos jornalistas — pudesse abandonar a embaixada, tendo mesmo furado pneus a algumas viaturas do corpo diplomático angolano.

Por razões ainda não esclarecidas, a PSP carregou à bastonada sobre os estudantes, obrigando-os a dispersar. Durante a carga policial, as cenas foram as já habituais à Polícia de Segurança Pública: perseguição em passo de corrida empunhando o bastão.



Estudantes enfrentam policiais depois da carga

A Associação Académica de Lisboa, que se solidarizara com o protesto dos estudantes angolanos, levando-lhes água, cobertores e velas, distribuiu já um comunicado sobre o incidente. "Há já alguns feridos

(...) o desespero é total", lê-se no comunicado.

Numa carta aberta ao Presidente angolano Eduardo dos Santos, os bolsseiros pedem ajuda e alertam para a situação de miséria em que vivem, com fo-

me e sem qualquer dignidade.

A hora do fecho desta edição era ainda visível um certo ambiente de tensão junto à embaixada. A vigília, segundo os planos iniciais dos estudantes, só deveria terminar hoje às 18 horas. ■

Continuação da pág. anterior

A festa proibida de Marracuene

reiro. O suor escorria, mas as bailarinas, velhas e novas, não esmoreciam, dançando entre nuvens de poeira vermelha que os pés descalços levantavam.

"Este ritmo chama-se muthimba", explicou David Macúcuca, cantor e percussionista dos Ghorwane, a banda mais popular de Moçambique. "Só se toca em ocasiões especiais, como um casamento real ou a celebração de uma batalha." Outra conhecida apenas no Sul de Gaza, a muthimba foi projectada mundo fora pelos Ghorwane, incluída no álbum "Majurugenta". Produzida pela editora discográfica de Peter Gabriel, "Muthimba" ascendeu aos "top-ten" norte-americanos de música africana.

David Macúcuca é herdeiro de uma chefatura implantada a norte do rio Inharrime, aliada de Gaza em finais do século XIX, tal como os magaias. Embora os macúcuca não tenham combatido em Marracuene, a data tem para ele um significado especial. Neste ano lá estava, entre os foliões mais animados do Gwaza-Muthini.

O Presidente Chissano, seguido de numerosa corte de ministros e banda militar, depositou uma coroa de flores no recém-construído monumento, que dista menos de cem metros do local onde outrora os portugueses tinham erigido o deles. Na verdade, resume-se a um bloco de pedra de Goba, cor-de-rosa e poeirento, com uma placa de metal onde se lê: "1ª Centenário da batalha de Marracuene".

Os músicos da banda militar, que tinham aproveitado a deposição de flores para ir, numa corridinha, virar uns copos de canho, retomaram os instrumentos e en-

toaram "Não vamos esquecer o tempo que passou", um hino que o marechal Samora costumava cantar nos seus comícios, nos anos dourados do comunismo.

Chissano subiu depois ao palanque, acompanhado

do numeroso séquito, e, após larga espera, pronunciou um discurso em português sobre resistência anticolonial e unidade nacional. Chegado ao fim, recomeçou o discurso de novo, em changuana, gastando outros quarenta minutos. Quando terminou a sua mensagem bilingue, já muita gente se tinha posto a andar, rumo às "barracas".

A uma centena de metros do local da batalha, empresários aventureiros vindos de Maputo construíram, do dia para a noite, dezenas de "barracas", barzinhos de construção precária em madeira e caniço. A meio da manhã, algumas ainda não estavam concluídas e outras ampliavam o seu espaço coberto, prevenindo-se contra a chuva, já que, segundo a lenda, todos os anos chove a 2 de Fevereiro.

E choveu, mas pouco, só para marcar presença, sem estragar a festa — ainda os carpinteiros se afadigavam, que a maioria das "barracas" já estava em pleno funcionamento. Para comer, havia carne de vaca grelhada e galinha à cafreal com muito piri-piri. Para beber tinham canho e caju, além da omnipresente cerveja em lata sul-africana, tão fresca quanto possível.

Em cada "barraca", a aparelhagem esforçava-se até à rouquidão para competir com as vizinhas e com os músicos que se sucediam no palco improvisado. Ninguém parecia incomodar-se muito com isso. De todo entregues ao prazer de dançar, acotovelavam-se diante do palco velhas camponesas, jovens prostitutas, ex-ministros, estudantes de boné de basebol e mães com bebés nas costas, à maneira africana.

A festa ainda durou mais três dias, mas, ao princípio da tarde do primeiro, já era difícil encontrar alguém sóbrio. Passeando entre a multidão em delírio, de vez em quando alguém nos passava para as mãos mais um garrafo: "Beva, amigo! Este ano o canho está maningue bom." ■

ONU critica forças governamentais

PÚBLICO, 14.3.95

O COMANDANTE militar da Missão de Verificação da ONU em Angola (Unavem), general Chris Garuba, disse na segunda-feira à noite que as tropas governamentais invadiram as zonas-tampão no Norte do país, violando o protocolo de Lusaca. O nigeriano Garuba, que já antes criticara atitudes da UNITA, afirmou à imprensa que o processo de paz poderá ser posto em causa pelo facto de os governamentais não respeitarem o desengajamento de forças previsto no protocolo assinado em Novembro.

As Forças Armadas Angolanas ocuparam o espaço deixado pela UNITA, que se afastou para o Negage, 38 quilómetros a sueste da cidade de Uíje, dizendo Garuba que há muita tensão nessa e noutras regiões do país. Entretanto, em Luanda, o líder da FNLA, Holden Roberto, que há 34 anos dirigiu o levantamento do Norte do país contra a administração portuguesa, enalteceu ontem a figura do cônego Manuel das Neves, que no fim dos anos 50 ajudou a desenvolver entre as populações um sentimento anticolonial. ■

Holden Roberto está de volta a Angola

Os caminhos da reconciliação

PÚBLICO, 14.3.95

Jorge Heitor*

Holden Roberto já está em Luanda, Daniel Chipenda declara-se disposto a ir e a UNITA diz ser desejável que todas as correntes de opinião se possam expressar de forma livre, na capital de Angola. O impasse das últimas semanas poderá ser ultrapassado, mas a concretização do Protocolo de Lusaca enfrenta ainda muitas dificuldades.

O decano dos políticos angolanos, Holden Roberto, de 72 anos, líder da FNLA, chegou ontem a Luanda, depois de um longo exílio na França, e criticou o Protocolo de Lusaca, que afirmou ter sido "imposto do exterior, o que é uma vergonha".

Segundo ele, que há 20 anos participou nos acordos do Alvor ao lado de Agostinho Neto e de Jonas Savimbi, as dificuldades são agora surgidas na aplicação dos esquemas de paz devem-se à "falta de maturidade e de bom senso" dos responsáveis do MPLA e da UNITA, sendo uma pena que outras forças não sejam escutadas acerca do futuro do país.

Holden, que segundo várias fontes contou com apoio norte-americano quando começou a trabalhar pela independência de Angola, ainda antes de 1961, lamentou ontem que grande parte dos seus compatriotas já não o escutem (a FNLA obteve uma redução percentagem de votos nas eleições de 1992, tendo apenas eleito cinco deputados).

"Basta de intervenção estrangeira, nós é que devemos resolver o nosso problema", disse o velho político, que não sabe

atada se "a situação de guerra, de uma guerra estúpida e inútil", lhe permitirá fixar-se de vez em solo angolano ou se regressará uma vez mais ao estrangeiro, após esta permanência em Luanda.

"A imprensa aqui é controlada, o Estado controla tudo; e onde não há liberdade de imprensa não há democracia", proferiu Holden Roberto, que manifestou interesse em trabalhar por uma autêntica conciliação nacional.

Entretanto, em Portugal, onde passa grande parte do seu tempo, outra das figuras que lutaram pela independência de Angola, Daniel Chipenda, afirmava ontem à tarde ao PÚBLICO que o seu povo "necessita de paz como pão para a boca"; e que, também ele, tem "muitas dúvidas, muitas dificuldades" em acreditar que o Protocolo de Lusaca está mesmo a acabar irreversivelmente com a guerra.

"O perigo mantém-se, não há confiança de parte a parte (entre o Governo e a UNITA); mas o nosso lugar é lá", declarou-nos Chipenda, que manifestou interesse em voltar para Luanda, apesar de em Angola se sentir "silenciado", assim que a televisão ou os jornais citem as suas opiniões.

"A parte mais importante em Angola é a sociedade civil. O problema nacional deve ser debatido a nível de toda a sociedade civil, pois que com a bipolarização não vamos a parte nenhuma. Deve efectuar-se uma

conferência de todas as forças vivas", preconizou o antigo embaixador no Cairo.

Enquanto isso, o delegado da UNITA em Portugal, Adalberto Costa Júnior, disse ao PÚBLICO ser "desejável que todas as correntes de opinião se possam expressar de forma livre", em Luanda, e que se cumpria o que ficou acordado em Lusaca, com o envio o mais rápido possível dos capacetes azuis.

O representante do Golo Negro manifestou "total disponibilidade" do seu partido para um encontro de alto nível com o Presidente José Eduardo dos Santos, mas logo acrescentou que ainda há oito dias o Putungo de Belas é que condicionou a desejável reunião com Savimbi a um desengajamento das tropas no norte do país e "a outros factores não especificados".

Adalberto Costa Júnior informou-nos que na próxima semana deverá vir a Lisboa, para contactos com as autoridades e com os partidos, o no-

vo responsável da UNITA pelas Relações Exteriores, Alcides Sakala, que tem o seu gabinete em Bruxelas, junto da sede da União Europeia.

Retirada para o Negage

A retirada das forças de Savimbi dos subúrbios da cidade do Uije para a área do Negage, a uma 35 quilómetros, teria sido concluída durante o último fim-de-semana, segundo a Voz da Resistência do Golo Negro (Vorgan).

O impasse, que se arrastava desde Fevereiro, fizera subir a tensão nas relações entre o Governo e a UNITA e estava a colocar em perigo a possibilidade de a ONU começar em Maio o envio dos capacetes azuis. Mas na semana passada o quartel-general de Savimbi substituiu todo o seu comando regional na província do Uije, acusado de "insubordinação", por não ac-

tar as ordens de retirada para o Negage.

A liderança da UNITA assegurou há dias que "o processo de paz está no bom caminho", mas o Presidente José Eduardo dos Santos tem-se manifestado pessimista, como ainda o fez na sexta-feira, ao receber as despedidas do seu homólogo namibiano, Sam Nujoma, que o fora visitar.

Por outro lado, analistas políticos em Luanda entendem que seria "um suicídio total" se as tropas de Savimbi regressassem à guerra, reagindo assim o Protocolo que em Lusaca levou mais de um ano a elaborar.

A comunicação social do Estado angolano tem alegado que a UNITA recebe material de guerra nos aeródromos de Negage e Andulo, este último na província do Bié, bem como em localidades da província de Cabinda que ficam junto à fronteira com o Zaire. (Ver caixa).

No entanto, o brigadeiro Isaias Samakava, representante do Golo Negro na Comissão Conjunta que trata da aplicação do Protocolo, disse ao PÚBLICO, em Luanda, que "a tensão existente é artificial" e que o seu partido "tem reagido de forma discreta às campanhas de intoxicação".

Dentro dos próximos 11 dias, o secretário-geral Butros Butros-Ghali deverá comunicar ao Conselho de Segurança das Nações Unidas se estão ou não verificadas as condições gerais de apaziguamento requeridas para que parte de sete mil capacetes azuis comecem a chegar a Angola em Março, no III Missão de Verificação (Unavem).

*sem Aguiar dos Santos, em Luanda

Beye preocupa-se com rearmamento

AS NAÇÕES UNIDAS necessitam de aumentar a sua fiscalização dos fornecimentos de armas a Angola, disse à Reuter o representante local do secretário-geral Butros Butros-Ghali, o diplomata maliano Alioune Blondin Beye.

"Como funcionário público, não posso divulgar até que ponto é que a comissão da ONU criada para o efeito tem desempenhado o seu papel, mas recomendo-lhe que seja mais activa", declarou Beye, perante as notícias de que tanto o Governo angolano como a UNITA se têm estado a rearmar, aproveitando a folga dada pelo Protocolo de Lusaca.

Angola é um dos principais compradores de armas no continente africano, consideram grupos de direitos humanos; e entre os origens dessas mesmas armas têm sido referidas a Rússia, o Brasil, a Coreia do Norte, a Espanha e, em menor escala, a Bulgária, Israel, a Ucrânia e a República Checa.

Segundo Cristina Muller, da Reuter, nas duas últimas semanas pelo menos dois cargueiros Antonov, com destinos de Ucrânia e da Rússia, foram vistos no aeroporto de Luanda, onde algumas entidades afirmaram que transportavam armas e um tanque.

Por seu turno, fontes militares regionais consideram que a UNITA está activamente a adquirir novas armas, contrabandeadas por intermédio do vizinho Zaire, que tem fronteira com sete das províncias angolanas.

O mês passado, em Genebra, Alioune Blondin Beye afirmou ao correspondente do PÚBLICO que a paz é uma condição obrigatória para que os países mais desenvolvidos ajudem Angola a recuperar do estado de destruição em que se encontra devido ao clima quase permanente de guerra civil em que tem vivido desde que se tornou independente, em 1975.

Recenseamento difícil na África do Sul

Para que os credores não batam à porta

PÚBLICO, 15.3.95

O PRESIDENTE Nelson Mandela marcou para 1 de Novembro, uma quarta-feira, dia de Todos os Santos, as primeiras autárquicas multirraciais da África do Sul, mas está a deparar com uma extrema dificuldade: a maior parte dos seus concidadãos não aceita aparentemente inscrever-se nos cadernos eleitorais, pois que essa tradição não existe no país.

O ano passado, as primeiras eleições legislativas abertas a todos os sul-africanos foram efectuadas mesmo sem a existência de quaisquer registos. Só que essa situação excepcional não se pode repetir, havendo agora a necessidade de preencher todos os trâmites habituais nas sociedades que seguem a prática política desenvolvida no Ocidente.

Já passou metade do prazo de três meses previsto para a elaboração dos cadernos eleitorais nos vários municípios, com vista às autárquicas que Mandela quer mesmo realizar em Novembro; mas o ministro dos Assuntos Provinciais e Constitucionais, Roelf Meyer, informa que apenas cinco por cento da população se deu ao trabalho de



A vida continua a ser bem árdua nos bairros negros sul-africanos

cumprir as formalidades necessárias.

Da primeira vez que a maioria negra do país foi autorizada a ir às urnas, ao lado de brancos, mestiços e indianos, em Abril de 1994, votou-se em qualquer parte para a Assembleia Constituinte e para as assembleias provin-

ciais, mas agora só se poderá votar para os órgãos autárquicos se se estiver inscrito em determinada área, depois de se comprovar que se reside lá.

Uns convencem-se de que ao obter o bilhete de identidade já ficam registados como eleitores e outros apresentam os

mais diferentes motivos para o não fazerem: já se votou uma vez, chega; votou-se o ano passado e nada mudou... Tudo dificuldades que o Presidente Mandela e o Governo de Unidade Nacional terão agora de ultrapassar para levar a democracia ao nível local.

Há quem tema até que, ao revelar o endereço às autoridades, depois de uma vida quase inteira passada em semi-clandestinidade, os credores lhe apareçam à porta.

Nos últimos anos da luta contra o apartheid, a maior parte da população negra da África do Sul boicotou as autoridades locais e não pagou as contas da água e da electricidade, recendo agora que as mesmas lhe venham a ser apresentadas.

Vereadores assassinados

O antigo regime, monopolizado pelos brancos, tentava impor vereadores negros nas zonas reservadas à habitação do grupo populacional maioritário, mas essas autarcas designadas pelo poder central eram muitas vezes considerados traidores e chegaram a ser assassinados (penduravam-lhes ao pescoço um pneu encharcado em gasolina, a que depois era atado fogo). Por isso, o conceito de autarquia evoca para muita gente na África do Sul imagens de conflito, contribuindo para que poucos cidadãos queiram participar nas

eleições a nível local, que em princípio deveriam complementar a democratização do país.

"A experiência dos últimos 10 meses demonstrou que a ausência de autoridades locais legítimas representa o mais grave obstáculo às mudanças sociais e económicas, em particular para toda a aplicação sistemática do Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (pedra angular da acção governamental)", sublinhou ontem Mandela.

Entretanto, o ministro do Interior, Mangosuthu Buthelezi, aproveitou para defender que "as questões constitucionais em suspensão devem ser resolvidas antes do escrutínio"; e para observar que a falta de estruturas nas zonas rurais é um obstáculo ao registo dos eleitores, que em grande parte continuam a ser analfabetos.

Hoje vai ser apresentado no Parlamento o Orçamento do Estado para 1995/96, mas Mandela já teve o cuidado de recordar que não é apenas com um ou dois orçamentos que se resolve o enorme fosso entre os que têm bastante e os que vivem com enormes dificuldades. Ou seja, que — ao contrário do que por vezes parece crer a mulher da qual se encontra separada, Winnie — "Roma e Pávia não se fizeram num dia".

Steven Lang, em Johannesburg, com AFP

Bolseiros angolanos continuam em "vigília de protesto"

Greve de fome e viagem a Luanda

Joana Amado*

Uma greve de fome "até ver como as coisas correm", decidiram ontem três dos estudantes angolanos concentrados frente à embaixada do seu país, em Lisboa. Os bolseiros continuam a protestar, enquanto o Governo de Angola diz que o problema está em vias de resolução. Mas já se fala em cancelar bolsas.

No terceiro dia de "vigília de protesto", três membros do grupo de bolseiros angolanos que se encontra em "vigília de protesto" frente à Embaixada de Angola em Lisboa, decidiram iniciar uma greve de fome como forma de reforçar o protesto contra o atraso no pagamento das bolsas.

Para Nelito Gaspar, membro da Associação de Estudantes Angolanos em Portugal (AEAP), o recurso à greve de fome surgiu depois de constatar "que as medidas intermédias" não produziram qualquer resultado. Vai ficar sem comer até "ver como as coisas correm".

Ontem, os estudantes decidiram enviar, "o mais depressa possível", uma delegação de duas pessoas a Luanda porque, segundo Agostinho Van Dunem, presidente da AEAP, "o embaixador de Angola em Portugal desencadeou uma campe-

PÚBLICO, 16.3.95

nha de desinformação em Luanda dizendo que nós tínhamos correntes de ferro, cadeados e navalhas".

Van Dunem explicou ao PÚBLICO que é absolutamente necessário ir a Luanda "mostrar o que a televisão portuguesa mostrou e que o senhor embaixador não viu". Os responsáveis da AEAP vão, inclusivamente, pedir "a instauração de um inquérito sobre o que se passou aqui".

Também ontem a Embaixada de Angola emitiu um comunicado de imprensa condenando "os actos de violência praticados por alguns estudantes bolseiros angolanos em Portugal". E explica quem são esses estudantes que justificaram a intervenção da polícia, à qual dá o nome de "acção de limpeza".

Lê-se no texto que "a suspensão imediata da bolsa de estudo a todos os estudantes do ensino secundário e superior que tenham reprovado mais de uma vez" foi o principal motivo das presentes manifestações. "É deste núcleo de maus estudantes (...) que foram recrutados os desordeiros que nos últimos dias têm provocado os desastros de que a Embaixada de República de Angola tem sido objecto", explica o comunicado.

Em Angola, o ministro da Educação, João Bernardo, mostrou-se solidário com o embaixador do seu país em Lisboa, e afirmou que, se fosse necessário aplicar medidas disciplinares aos estudantes, o governo angolano iria aplicá-las. João Bernardo confirmou a suspensão de 340 bolsas de estudo das 655 destinadas a estudantes de licenciaturas. Van Dunem, em Lisboa, comentava esta ideia

como uma "acção de repatriamento".

Problema de transferência bancária

Para as autoridades angolanas, a resolução do problema do pagamento de bolsas em atraso está em curso. O Instituto Nacional de Bolsas de Estudo, em Angola, explicou que 1,7 milhões de dólares deveriam ter chegado a Lisboa em finais de Fevereiro. Se isso não aconteceu foi porque existiu um problema na transferência bancária, e não por falta de vontade política.

A Luanda têm chegado as imagens da RTP, as palavras da TSF e as declarações do embaixador Rui Mingas. As opiniões dividem-se entre aqueles que condenam a atitude do embaixador e os que concordam com Rui Mingas quando este chama "turistas" aos estudantes.

Depois da carga policial e da atitude do embaixador de Angola — acusado não só de recusar receber os estudantes, como de apelar e autorizar a intervenção policial — os bolseiros angolanos receberam o apoio da maioria das organizações estudantis e ganharam maior determinação para permanecerem frente à embaixada "por tempo indeterminado". Dizia um estudante que "Rui Mingas calçou uma bota e agora vai ter que a descalçar sozinho".

Além do apoio "in loco", que se tem traduzido na distribuição de refeições e de agasalhos por parte de muitas organizações de estudantes, a Associação Académica de Lisboa lançou,

ontem, um apelo a todas as associações de estudantes portuguesas para enviarem faxes para Angola "com o intuito de repor a verdade sobre tudo o que testemunhámos".

A manifestação que os estudantes angolanos mantêm desde segunda-feira resultou do descontentamento dos estudantes em relação às instruções enviadas pelo Ministério da Educação angolano à embaixada, na sequência da anterior manifestação, realizada no dia 6 de Fevereiro.

Nessa altura, os responsáveis da educação angolanos fizeram promessas que até hoje não foram cumpridas, acusam os bolseiros. Com a agravante de, a 8 de Fevereiro, Luanda ter instruído o embaixador Rui Mingas no sentido de executar a

Resolução 16/94 do Conselho de Ministros. O documento legal implicava o cancelamento das bolsas de 250 estudantes (que agora já são 340), que reprovaram dois ou mais anos.

A dívida actual para com os bolseiros foi estimada em mais de 33 milhões de dólares (cerca de cinco milhões de contos) pelo ministro angolano da Educação, João Bernardo.

"Até agora, só nos foi pago 80 por cento do primeiro dos 14 meses em atraso e o Governo pretende igualmente reduzir o valor das bolsas de estudo" explicou, na terça-feira, à agência Lusa um dirigente estudantil da AEAP. ■

*com Aguiar dos Santos em Luanda

Cólera em Angola

PÚBLICO, 14.3.95

104 PESSOAS morreram em Angola nos dois primeiros meses deste ano devido à cólera. O Programa Nacional de Luta contra a Cólera explicita que as 104 mortes ocorreram num universo de 1725 pessoas atingidas, o que representa uma cifra "alarmante", se comparada com anos anteriores — diz o relatório. As províncias mais afectadas são as de Benguela, sobretudo o município de Cubal, Luanda, Bengo, Cuanza Norte, Cuando-Cubango e Namibe. A falta de saneamento básico e da observância das medidas de higiene individual e colectiva contam-se entres as causas principais do elevado número de casos detectados. ■



Vinte anos de prisão pela morte da ex-mulher

Pena máxima para atentado de Lagos

PÚBLICO, 16.3.95

O TRIBUNAL de Lagos condenou ontem a pena máxima, 20 anos de prisão, Manuel da Silva pela morte da sua ex-mulher Vitalina Semião em Dezembro de 1993.

Vitalina Semião, de 37 anos, era enfermeira no Hospital de Lagos e perdeu a vida em consequência de um engenho explosivo colocado no seu carro quando se preparava para transportar os filhos à escola.

O engenho de fabrico artesanal foi colocado debaixo do assento da enfermeira que, embora casada com o arguido, estava separada dele desde 1991. Os motivos do crime, segundo o próprio declarou no tribunal, deveriam-se ao facto da enfermeira o ter abandonado, pretendendo Manuel da Silva provocar-lhe "um grande susto". O

tribunal teve um entendimento diferente dos factos e considerou que o arguido agiu de forma "premeditada e tinha intenção de matar".

Manuel da Silva, 52 anos, motorista de profissão, planeou o crime a partir de Lisboa, onde ultimamente vivia. No dia 5 de Dezembro de 1993, alugou um carro e deslocou-se a Lagos com o propósito de concretizar o planeado. As oito horas do dia seguinte, quando Vitalina entrou no carro, um Mercedes Benz, para ir levar os filhos à escola, o carro explodiu ao carregar na embraagem.

O seu corpo ficou esfacelado e as crianças ficaram feridas: Ricardo Farrabrás, de 12 anos, sofreu queimaduras de primeiro e terceiro grau e a sua irmã Leonor, de 13

anos, traumatismos no ouvido esquerdo. A mãe viria a morrer cerca de hora e meia depois, no Hospital de Lagos.

O Ministério Público pedia para este caso 20 anos de prisão e o colectivo presidido pelo juiz Joaquim Cardoso concordou em condenar o arguido nessa pena e ainda a pagar uma indemnização superior a 15 mil contos.

O "árabe"

O advogado de defesa Victor Ribeiro considerou injusta a condenação e anunciou que vai recorrer da sentença para o Supremo Tribunal.

Depois da separação, Vitalina terá tido várias paixões, chegando a colocar anúncios na chamada im-

prensa cor-de-rosa. Segundo a Polícia Judiciária de Faro, que investigou este caso, entre os seus correspondentes destacou-se um ex-presidiário da cadeia de Vale de Judeus. Escreveram um ao outro cerca de duas centenas de cartas. Esse indivíduo — que se apresentava como o árabe Al Farid Seif Dine — chamava-se, na realidade, Alfredo. É a única afinidade que tinha com os muçulmanos era ter sido casado com uma marroquina e ter estado numa prisão de Marrocos, onde cumprira pena por crime de burla.

O encontro entre o "apaixonado" e a enfermeira viria a ser frustrado porque, afinal, o "árabe" não passava de um burlão a querer fazer-se passar por pinga-amor. ■

Mário Reviz

Clube de Paris deu mais do que Moçambique pediu

Doadores pagam para ver reformas

PÚBLICO, 17.3.95

MOÇAMBIQUE recebeu mais do que tinha pedido ao Clube de Paris, onde os doadores lhe prometeram acima de mil milhões de dólares (148 milhões de contos) para este ano. A forma como decorreu todo o processo de aplicação do Acordo Geral de Paz, assinado em Roma no dia 4 de Outubro de 1992, terá sido determinante para a atitude dos doadores, que consideraram, contudo, indispensável que o Governo de Maputo assegurasse a participação das demais forças políticas num diálogo construtivo sobre as grandes orientações políticas nacionais.

Os doadores, 12 instituições e 19 países, incluindo Portugal, concluíram quarta-feira na capital francesa uma reunião do Grupo Consultivo do Banco Mundial sobre as necessidades financeiras de Moçambique durante o ano em curso, tendo prometido um apoio para a área económica avaliado em 1110 milhões de dólares.

Dessa importância, 780 milhões surgem sob a forma de créditos e donativos, destinados a investimentos, apoio à balança de pagamentos e ajuda alimentar. Os restantes 330 milhões de dólares destinam-se ao reescalonamento da dívida externa.

Os doadores do Clube de Paris revelaram-se excepcionalmente generosos, ultrapassando mesmo em cinco milhões

de dólares a importância inicialmente pedida pela delegação moçambicana, que era dirigida pelo primeiro-ministro Pascoal Mocumbi.

Um dos membros da delegação, o titular da pasta do Plano e das Finanças, Tomás Salomão, expôs aos doadores as grandes orientações a seguir pelo Governo, destacando a revitalização das instalações ferro-portuárias, a reabilitação e desenvolvimento do complexo hidro-eléctrico de Cabora Bassa e a exploração dos grandes jazigos de gás natural existentes em Pande. Salomão também referiu a intenção do executivo de proceder a reformas na banca e nas alfândegas.

disponibilizados pelo Clube de Paris. Embora mantendo sensivelmente os valores da ajuda ao desenvolvimento, os EUA reduziram este ano a ajuda humanitária, considerando que já não existe uma situação no país uma situação de emergência.

A chefe da delegação norte-americana, Carol Peasley, considerou o projecto de Orçamento Geral do Estado (OGE) apresentado pelo Governo moçambicano aos doadores "um passo certo na direcção certa", mas acrescentou ser ainda necessário reduzir os gastos com a Defesa, o Interior e a Segurança.

"Temos a forte convicção de que se Moçambique quiser al-

cançar um desenvolvimento sustentado e reduzir a sua dependência da ajuda dos doadores, deve fazer mais transferência de fundos da Defesa e da Segurança para a Educação", disse a delegada norte-americana.

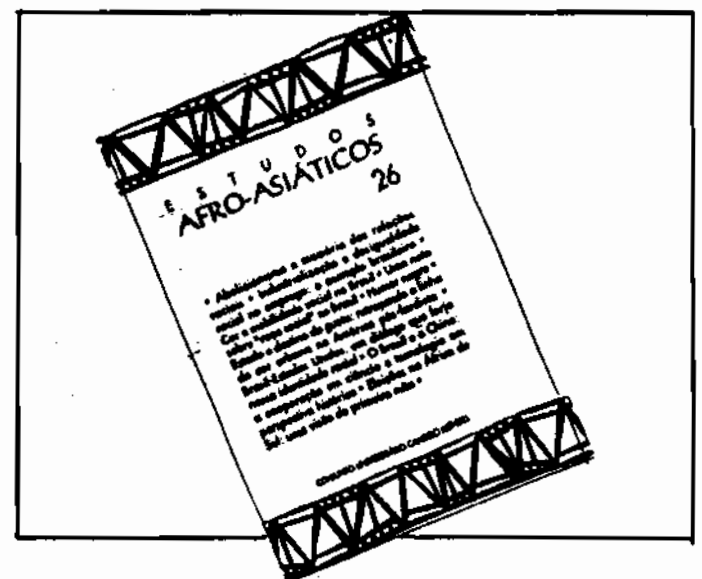
Ao exigir mais espaço para a iniciativa privada, Carol Peasley concluiu secamente: "Sem um compromisso do Governo de Moçambique de agir de imediato no processo de reformas que já discutimos e que todos nós sabemos serem necessárias, tornar-se-á cada vez mais difícil defender a continuidade do programa de ajuda a Moçambique por parte dos EUA." ■

José Pinto da Sá, em Maputo

A Europa contente

Depois do encontro, a directora do departamento da África Austral na Agência Financeira Internacional considerou que se tratava de "uma ocasião histórica". Kathrine Marshall declarou que os doadores, designadamente os europeus, puderam "antever com satisfação os desenvolvimentos no tocante às questões económicas e macroeconómicas, em particular as instituições democráticas".

Mais reticentes que os europeus foram os norte-americanos, que este ano contribuirão apenas com seis por cento dos recur-



Presidente reconhece crise no MPLA

PÚBLICO, 17.3.95

O PRESIDENTE da República de Angola, José Eduardo dos Santos, reconheceu ontem que há uma "crise" nas fileiras do MPLA, o partido que em 11 de Novembro de 1975 proclamou unilateralmente a independência e assumiu o Governo, apesar da contestação armada de que estava a ser alvo por parte da FNLA, a norte de Luanda, e da UNITA, a sul.

Por altura de uma reunião com quadros do MPLA que exercem a sua actividade na área da capital, convocada para debater "dificuldades de natureza estrutural, organizacional e metodológica" de uma formação desgastada por quase 20 anos de prática do poder, o Presidente sublinhou a necessidade de "em momentos de crise haver um só comando"; e constatou a "degradação da autoridade moral" do partido, sempre susceptível de ser aproveitada pelos adversários.

Desde as eleições presidenciais e legislativas de Setembro de 1992, a parte mais radical do MPLA critica a política económica do Governo e faz pres-

são para que "a força dirigente" da sociedade angolana estabeleça um nítido controlo sobre todos os grupos da oposição, bem como sobre as organizações sindicais, religiosas e humanitárias.

O Presidente ainda não cedeu às pressões dos que reclamam a demissão do primeiro-ministro, mas é ele próprio que dirige as reuniões do Conselho de Ministros, privando assim Marcolino Moco, segundo observadores citados ontem pela agência France Presse, de um efectivo poder de controlo sobre o executivo.

De acordo com José Eduardo dos Santos, a guerra civil que Angola conheceu durante a maior parte do tempo da sua existência como país independente está na origem das dificuldades de aplicação do programa económico do Governo. E o país só poderá estabilizar quando houver uma paz "efectiva e duradoura".

Acontece que, em privado, Marcolino Moco queixa-se desde há alguns meses de que o

Presidente da República não tem para com ele toda a solidariedade que considera necessária, pelo que não se acredita muito que o primeiro-ministro possa continuar em funções até ao fim deste ano.

Enquanto isto, os meios governamentais continuam unidos nas denúncias que fazem de alegados preparativos da UNITA para a hipótese de a guerra ser reatada, após este período de paz frágil que se tem seguido ao cessar-fogo conseguido em Novembro do ano passado com o Protocolo de Lusaca.

Segundo fonte oficial de Luanda, material bélico, incluindo blindados "Kaspir", estará a chegar regularmente, por via aérea, ao Bailundo, a actual capital das forças da UNITA, depois de haverem sido expulsas da cidade do Huambo, há quatro meses.

Por outro lado, quarta-feira, em Cabinda, sete indivíduos que se apresentaram como desertores da UNITA disseram que esta está a concentrar efectivos e material de guerra em vários pontos daquela província. ■

"Troika" para Angola deve reunir-se em Lisboa

PÚBLICO, 17.3.95

LISBOA deverá ser o cenário da próxima reunião da "troika" de observadores do processo de paz em Angola, a realizar no fim da próxima semana. O secretário de Estado-adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, George Moose, já manifestou disponibilidade para representar os EUA no encontro. Aguarda-se ainda a indicação do representante da Federação Russa. Pela parte portuguesa, vai sentar-se à mesa dos observadores o secretário de Estado da Cooperação, Briosa e Gala. A reunião, entendida como uma manifestação de coesão interna da "troika", servirá para fazer uma avaliação do actual estágio do processo de paz e propor medidas para a sua consolidação. No capítulo da avaliação, o sinal deverá ser negativo: os observadores estão preocupados com a lentidão com que está a ser percorrido o caminho para a paz, o que ameaça comprometer o calendário estabelecido, e não deixarão de analisar os diversos incidentes que têm sucedido, por responsabilidade de ambas as partes envolvidas no conflito. ■

Espectacular motim no centro de Maputo

PÚBLICO, 17.3.95

MILITARES sublevaram-se ontem às 15 horas locais (14 em Lisboa) no centro de Maputo e retiveram dezenas de civis, até que ao princípio da noite uma unidade especial tomou de assalto o quartel, libertou os reféns e aprisionou os amotinados.

Segundo a versão dos reféns, os rebeldes pertenciam à companhia de guarnição da Escola de Administração e Finanças das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), aquartelada na zona militar da Carreira de Tiro, no meio da cidade. Amotinaram-se porque exigiam o pagamento de salários em atraso, e apreenderam cerca de 40 auto-

móveis que passavam no local, tendo conservado em seu poder durante quatro horas os respectivos ocupantes. De acordo com testemunhas, uma filha do Presidente da República, Joaquim Chissano, esteve entre os reféns.

Os automóveis que tentavam furar a barreira dos amotinados eram apedrejados, conforme aconteceu com o carro de Jacinto Veloso, ministro da Cooperação no anterior gabinete e durante largos anos um dos mais conhecidos dirigentes da Frelimo. O seu motorista conseguiu romper o cerco, mas as pedradas dos rebeldes estilhaçaram o vidro traseiro, ferindo o ex-ministro na cabeça.

Cerca das 19 horas (18 em Lisboa), uma força mista da polícia e do Exército, fortemente armada, tomou de assalto o quartel e aprisionou os rebeldes, que não ofereceram resistência. Ouviram-se rajadas de metralhadora, que não causaram feridos. Os reféns foram de imediato libertados e os rebeldes foram detidos, ignorando-se de momento o seu destino. A vida na capital moçambicana recuperou a normalidade, mas as artérias mais próximas do local do motim ainda estavam encerradas ao trânsito pelas 20h30. (ver p.17) ■

José Pinto de Sá,
em Maputo



Bispos falam de preparativos de guerra

OS BISPOS católicos de Angola, reunidos em Luanda, disseram esta semana não entenderem "por que razão aumentam de parte a parte os preparativos de guerra", do Governo e da UNITA, "com a ameaça de brutais máquinas bélicas e o contínuo recrutamento de mancebos, mesmo sem idade militar!".

Num "Veemente Apelo" assinado pelo cardeal D. Alexandre do Nascimento e pelos demais prelados, declararam que "existem áreas gravemente necessitadas de ajuda humanitária

que ainda nada receberam só porque a força em presença não permite a livre circulação de pessoas e bens ou não desmima as estradas".

Em nome do povo, os bispos pediram ao Governo de Angola e à UNITA que "afastem para sempre o espectro da guerra", acabando com "o triste negócio da importação de armamento"; e cumprindo escrupulosamente o Protocolo de Lusaca, assinado em Novembro do ano passado.

Para garantir o melhor cumprimento de tudo o que fi-

cou acordado na capital zambiana, os prelados pediram às Nações Unidas que enviem, sem demora, os capacetes azuis em princípio previstos pelo Conselho de Segurança: "Não é depois de tudo estar resolvido e pacificado que eles fazem falta".

No entender das principais figuras da Igreja Católica em Angola, há grupos, se não mesmo países, interessados em arruinar ainda mais uma pátria destruída, "com as armas destruidoras que enviam em troca de diamantes e de petróleo".

Por outro lado, pedem a "urgentíssima realização" do há tanto tempo adiado encontro entre o Presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, considerando-o decisivo para a implementação da paz.

Entretanto, na quinta-feira à noite, a Comissão Conjunta de aplicação do Protocolo de Lusaca deu por terminada a primeira fase do processo de separação das tropas de um e outro lado; e disse que não há incidentes militares desde há três semanas. ■

Oposição zimbabweana em Moçambique Guerrilhas na bruma

José Pinto de Sá,
em Maputo

Fontes locais garantem que três partidos da oposição zimbabweana estão a instalar bases de guerrilha em Moçambique, a fim de desenvolverem acções armadas contra o regime de Robert Mugabe. Em Maputo e Harare, no entanto, as autoridades declaram desconhecer tudo e questionam mesmo a veracidade das alegações.

A existência de bases da oposição do Zimbabwe em território de Moçambique, afirmada há mais de um mês pelo então governador da província de Manica, Artur Canana, foi agora mencionada em conferência de imprensa pelo delegado regional do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE). Agostinho Milton anunciou que três partidos mantêm forças de guerrilha nas densas florestas mon-

PÚBLICO, 18.3.95
tanhosas daquela zona: o Movimento de Unidade do Zimbabwe (ZUM), de Edgar Tekere, a ZANU-Ndonga, do rev. Ndabaningi Sithole, e uma formação da minoria branca liderada pelo antigo primeiro-ministro Ian Smith.

No entanto, estas alegações têm vindo a ser acolhidas com cepticismo nas capitais dos dois países, que mantêm excelentes relações. O ministro moçambicano do Interior, Manuel António, considerou que a notícia carece de confirmação e declarou que só após um trabalho de reconhecimento é que se poderá determinar qual a atitude a adoptar.

O embaixador do Zimbabwe em Maputo, John Mayowe, afirmou que o Governo do seu país nunca foi oficialmente informado da presença dos grupos armados em Moçambique: "Se se descobrir que de facto existem, poderemos tomar medidas preventivas, mas neste momento não podemos dizer que vai haver uma acção contra eles".

"Estamos tranquilos com a situação e penso que não há razão para uma guerra no Zimbabwe", acrescentou o embaixador, sublinhando que os partidos poderão disputar o poder legalmente, nas legislativas de 8 e 9 de Abril. A vitória está garantida à ZANU-Frente Patriótica, do Presi-

dente Mugabe, mas a oposição já disse que as eleições serão marcadas pela violência.

Há oito dias uma aliança de oito partidos decidiu boicotar o processo eleitoral, acusando o Governo de se obstinar em manter uma lei eleitoral favorável à formação que está no poder desde a proclamação da independência, em 1980. Um dos pontos contestados é o de o Presidente da República nomear pessoalmente 30 dos 150 deputados.

Os chimuenjes

Segundo Agostinho Milton, os homens de Edgar Tekere, designados por chimuenjes, abriram recentemente novas bases em Zomba e Chicuízo, no distrito de Susundenga, onde já se encontravam em Macoça e Mupunga. E no distrito de Mossurize também terão ampliado a sua presença.

O semanário "Megajournal", do Chimoio, capital da província de Manica, divulgou uma entrevista com duas jovens fugidas de uma das bases, a acusar os chimuenjes de recrutar compulsivamente cidadãos moçambicanos. Rosária Manjera e Beca Mafunde disseram que os recrutas, de ambos os sexos, alguns com 14 e 15 anos, recebem treino com armas tradicionais e modernas.

O delegado do SISE afirmou que os guerrilheiros em causa se instalaram em antigas bases da Renamo, ao lado da qual teriam combatido durante a guerra civil moçambi-

cana, na qual o Governo de Maputo era apoiado por tropas zimbabweanas.

Milton declarou que o mais forte dos grupos é o de Ndabaningi Sithole, que já teria penetrado em território do Zimbabwe e atacado alvos de natureza económica, mas semelhantes ataques nunca foram noticiados. E nem sequer chegou a dar pormenores sobre o alegado grupo armado de Ian Smith, que aos 75 anos é um fazendeiro dificilmente credível como chefe de guerrilha...

Ian Smith em questão

O jornalista escocês Iain Christie, que dirige a estação anglófona Radio Maputo, considera "ridícula" a ideia de o velho plantador de tabaco andar nas matas a comandar um punhado de antigos colonos nostálgicos dos tempos de outrora. E admite até que se poderá estar apenas perante uma acção de contra-propaganda eleitoral, visando desacreditar os grupos de Sithole, Tekere e Smith.

No entanto, Abdul Carimo, do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados, garante que os grupos armados existem mesmo em Manica, junto à fronteira com o Zimbabwe, pois que comprovou in loco a sua presença.

Perante tais contradições, partidos da oposição ao regime de Joaquim Chissano e até um deputado da Frelimo, Edgar Cossa, pediram que as autoridades dos dois países esclareçam o que é que na verdade se passa. ■

Silêncios e embaraços

PÚBLICO, 18.3.95

Joaquim Trigo de Negreiros

Ao dar instruções ao seu actual embaixador em Lisboa para adiar o regresso a Pretória, a África do Sul dá sinais de estar disposta a rever a nomeação do controverso sucessor de Pieter Swanepoel. A história, feita de silêncios

e embaraços, começa em Janeiro, quando o ultraconservador Tom Langley é indicado para chefiar a representação diplomática sul-africana. Mal-estar no Palácio das Necessidades, que imediatamente cobre o caso com um

pesado silêncio. Sobre o pedido de "agrément" entretanto feito por Pretória, nem uma palavra. Pelo meio, uma visita de Brossa e Gala à África do Sul e a noção de que a representação daquele país em Lisboa não é uma embaixada qualquer.

Perante o persistente silêncio de Lisboa sobre o pedido de "agrément" solicitado por Pretória para o seu novo embaixador em Portugal, o Governo sul-africano deu instruções ao seu actual representante para se manter em funções por mais dois meses.

Pieter Swanepoel, cujo regresso à África do Sul estava previsto para este mês de Março, deverá continuar a desempenhar as funções de embaixador em Lisboa até que se esclareça a controvérsia criada com a nomeação, em fins de Janeiro, do conservador Tom Langley para o substituir.

Langley é dirigente da Frente da Liberdade e o único

elemento dessa força política designado para chefiar uma representação diplomática da República da África do Sul. A Frente da Liberdade integra hoje a Aliança da Liberdade, organização que, segundo testemunhou o próprio Tom Langley perante as câmaras da televisão nacional sul-africana quando militava no Partido Conservador, chegou a ponderar uma estratégia

para comprometer a realização das primeiras eleições multirraciais naquele país.

A escolha de um homem com este passado para chefiar a Embaixada em Lisboa criou embaraço no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Dias depois

Continua na pág. 13

Continuação da pág. anterior

Silêncios e embaraços

do anúncio da nomeação de Tom Langley, o próprio ministro Durão Barroso manifestou o seu mal-estar. Confrontado com o assunto pelo deputado comunista Miguel Urbano numa sessão à porta fechada da Comissão Parlamentar de acompanhamento da situação em Timor-Leste, Durão Barroso não se escusou a responder a uma pergunta que nada tinha a ver com a agenda da reunião, garantindo desde logo que a indicação de Pretória seria cuidadosamente analisada nas Necessidades.

Decorria já a "cuidadosa análise" quando o secretário de Estado da Cooperação, Bríosa e Gala, chegou à África do Sul, proveniente do Malawi, para uma visita de três dias. O Ministério dos Negócios Estrangeiros português não confirma que a nomeação do novo embaixador em Lisboa tenha sido abordada nos

múltiplos contactos mantidos por Bríosa e Gala durante a visita, que decorreu entre 6 e 8 de Fevereiro, mas uma fonte diplomática confidenciou ao PÚBLICO que o secretário de Estado terá manifestado "surpresa" pela opção de Pretória.

Observadores admitem que o assunto possa mesmo ter sido tocado ao mais alto nível, durante um longo encontro a dois entre Bríosa e Gala e Nelson Mandela. Inicialmente previsto como mera "apresentação de cumprimentos", o contacto entre o responsável português pela pasta da Cooperação e o chefe de Estado sul-africano prolongou-se por mais de meia hora, a que se seguiu uma também anormal sessão de fotografias, procedimento a que Mandela, por razões de saúde, se submete cada vez mais raramente.

Cinco semanas após a visita de Bríosa e Gala, chegam a Lisboa as instruções de Pretória para que o actual embaixador adie o regresso à África do Sul. Não há explicações oficiais, mas, nos meios diplomáticos, a leitura dessa decisão é tão clara como o silêncio do MNE face ao pedido de "agrément" para Tom Langley: ao prolongar a estadia do actual embaixador, o Governo da África do Sul dá sinais da sua disposição para reapreciar a nomeação do polémico substituto.

Não é vulgar um Estado fazer "marcha atrás" na indicação de um embaixador e o processo de "agrément" costuma ser pouco mais do que uma simples formalidade. Mas desta vez a história pode ser outra. Sobretudo porque o envolvimento dos dois países nos destinos da África Austral — processo de paz em

Angola e democratização em Moçambique — faz da representação diplomática sul-africana em Lisboa uma embaixada particularmente sensível.

Tão sensível que a controver-sa nomeação de Tom Langley tem sido tratada com a maior discrição pelos diversos intervenientes. Enquanto nas Necessidades se mantém o mais absoluto silêncio, o actual embaixador também opta pela prudência. Numa entrevista publicada na última quinta-feira pelo jornal "O Dia", Pieter Swanepoel ensina uma justificação para a escolha de Langley, chamando a atenção para a necessidade de fazer com que "os embaixadores representem o espectro vigente no país", e, mostrando pouca vontade de falar mais no assunto, limita-se a acrescentar que, "até à decisão final do MNE portuguesa, não há motivo para especulações". ■

Winnie é uma das dores de cabeça de Nelson Mandela

Os espinhos da rosa

PÚBLICO, 19.3.95

Jorge Heitor

Em termos gerais, a evolução da África do Sul, após as eleições gerais do ano passado, tem decorrido de forma bastante melhor do que se chegara a recear antes da ida às urnas. O que não quer dizer que Nelson Mandela não esteja cheio de dores de cabeça, pelas mais variadas razões.

Allan Boesak não conseguiu ir ocupar o lugar de embaixador sul-africano junto dos organismos internacionais com sede em Genebra, porque foi acusado de desvio de fundos recebidos de instituições escandinavas. Winnie Mandela contesta a toda a hora a linha geral de um Governo em que é vice-ministra da Cultura e está em risco de ser afastada do mesmo. Mango-

suthu Buthelezi, titular da pasta do Interior e líder do partido Inkatha, ameaça, volta e meia, romper com os seus parceiros de coligação, se não for dada maior autonomia à província do Kwazulu-Natal, onde a sua formação é maioritária. As universidades agitam-se, com alguma dificuldade de adaptação aos novos tempos...

Quase 11 meses passados sobre a primeira ida às urnas de todos os cidadãos da África do Sul, em pé de igualdade, o país encontra-se relativamente mais tranquilo do que aquilo que receavam muitos daqueles que nunca deram nada pela hipótese de um Governo de Unidade Nacional dominado pelo ANC. Mas isso não quer de forma alguma dizer que o Presidente Nelson Mandela, já nos seus 76 anos, esteja isento de problemas nem que a ameaça de as coisas descambarem não permaneça no horizonte.

O que aconteceu com Boesak é um dos espinhos da bela rosa sul-africana pós-"apartheid": pastor da Igreja Reformada Holandesa e figura de grande prestígio, quando, nos

anos 80, foi necessário criar frentes político-sociais que substituíssem o ilegalizado ANC na luta contra a segregação racial, acabou nos dias da liberdade por ver o seu nome atingido pelos fumos da corrupção. Como se não houvesse homens perfeitos.

Quanto a Winnie Mandela, que há uma dúzia de anos fazia de mulher exemplar, mantendo bem viva em todos os cidadãos sul-africanos a lembrança do marido, encarcerado, e dos princípios por que se batia, tornou-se entretanto um paradigma de tudo o que há de mais condenável na sociedade contemporânea. Desde as acusações de dar cobertura a sevícias exercidas sobre jovens às de prepotência exercida na direcção da Liga Feminina do ANC, toda a espécie de lama tem caído sobre aquela que sonhava ser primeira-dama e que o destino arastou para outros caminhos.

A fim de preservar o seu prestígio, o Presidente da República teve, ainda antes de ser eleito, de se separar desta controversa Evita xhosa. E talvez se veja agora obrigado a di-

vorciar-se mesmo, a retirar-lhe o lugar de vice-ministra e a impedir a sua presença em quaisquer posições de destaque no ANC.

Só que, por muito mal que tenha feito ao país e à causa da maioria negra que se quer emancipada, Winnie tem artes de agradar a muitos dos seus compatriotas mais desfavorecidos, jogando perfeitamente com o facto de haver camadas da população que continuam a viver muito mal, sem emprego e sem um bom sistema de ensino.

Talvez um novo partido

Não querendo contemporizar com a realidade, que é a da impossibilidade de se transformar por completo a sociedade apenas em um ou dois anos, a antiga "mãe da Pátria" vai praticamente ao ponto de dizer que os negros sul-africanos não se encontram hoje melhor do que o estavam antes da ida às urnas, em Abril de 1994. As especulações que se faz nos meios políticos de Joanesburgo, Pretória e Cidade do Cabo apontam para a hipótese de, a médio prazo, ela ser tentada a afastar-se do mais importante movimento poli-

Continua na pág. 14

Continuação da pág. anterior

Os espinhos da rosa

tico do país, o ANC, e lançar uma nova formação, mais à esquerda. E esta seria susceptível de vir a absorver muitos daqueles que até hoje têm hesitado entre o partido de Mandela e o Congresso Pan-Africano (PAC).

Quanto ao ministro do Interior, Buthelezi, insiste em que tem de haver uma mediação internacional, para que a África do Sul assuma um cunho mais federalista, com largos poderes para as nove províncias, muito em especial para a do Kwazulu-Natal, aquela em que a maioria da população é de etnia zulu e vota essencialmente no Inkatha.

Por outro lado, o Partido Nacional, de Frederik de Klerk, que era chefe do Estado na fase de desmantelamento do "apartheid" e actualmente ocupa o cargo de segundo vice-

presidente, a seguir a Thabo Mbeki, também nem sempre tem estado satisfeito pela forma como funciona o Governo, que compartilha com o ANC e com o Inkatha.

A existência de um executivo que representa quase 95 por cento do eleitorado é de facto algo de muito excepcional, no panorama africano e mundial. Mas os parceiros menores queixam-se com frequência de que o maior, o ANC (com os seus aliados comunistas e com o movimento sindical afecto a ele), nem sempre tem o cuidado de os ouvir ou de levar na devida conta as opiniões que expressam, como se estivesse sozinho no poder e o pudesse exercer de uma forma quase ditatorial.

Perante tudo isto, a grande incógnita é saber até quando irá Mandela aguentar o barço, neste mar agitado que é a África do Sul pós-"apartheid". ■

Portugal e a África do Sul contra a corrupção

PÚBLICO, 19.3.95

PORTUGAL E a África do Sul vão cooperar na troca de documentação e informação, nomeadamente na área dos crimes de corrupção, disse à agência Lusa o procurador-geral da República portuguesa, Cunha Rodrigues, no aeroporto Jan Smuts à partida para Lisboa.

Após uma visita oficial de dez dias à África do Sul, a convite das autoridades de Pretória, Cunha Rodrigues afirmou que, no capítulo da cooperação, a viagem "teve resultados positivos: por exemplo, em matéria de corrupção, depois da minha estada em Pretória, o departamento voltou a contactar-me para um caso concreto, de que não posso dar mais pormenores. Além disso, em relação às universidades, foram estabelecidos mecanismos de cooperação quanto à troca de documentação e informação".

Segundo o procurador português, Pretória sugeriu "mecanismos mais rápidos e estreitos de comunicação em várias áreas", designadamente na judicial. "Es-

tabelecemos mecanismos para trabalhar em alguns casos, quando estes possam reportar-se aos dois países. Foram estabelecidos mecanismos rápidos e directos de comunicação e foi, por outro lado, trocada uma comunicação muito extensa quanto ao modo de proceder em relação a outros países", adiantou.

Questionado sobre a abordagem aos crimes cometidos por portugueses na África do Sul, Cunha Rodrigues disse tratarem-se de "casos pontuais, marginais, que não representam minimamente a comunidade portuguesa. Mas, caso venha eventualmente a acontecer, essas pessoas não podem pensar que são impunes".

O tratado de extradição, que "é muito antigo", não foi discutido no encontro que o procurador-geral da República manteve na passada segunda-feira com o ministro da Justiça, Dulah Omar, "porque está em estudo, a nível de governos, em termos técnicos", segundo Cunha Rodrigues. ■

Lusa

Cólera na Guiné-Bissau

PÚBLICO, 20.3.95

UM NOVO surto de cólera está a afectar o Sul da Guiné-Bissau, onde, desde o passado dia 1 de Janeiro, foram já detectados 177 novos casos, dos quais resultaram três óbitos. Segundo revelou o director-geral interino de Saúde guineense, Alvaro Batica, o ministério responsável pelo sector enviou já para a região de Tombali uma equipa de médicos para proceder à avaliação da situação, sublinhando que os focos epidémicos estão localizados e que não há perigo de a cólera se expandir a todo o país. A Guiné-Bissau foi afectada por uma grave epidemia de cólera entre meados de Outubro e Janeiro, tendo sido detectados, segundo dados oficiais, mais de 16 mil casos que causaram a morte a mais de 300 contaminados. Alvaro Batica alertou também a população para o perigo de uma nova epidemia no país, desta vez de meningite, que está assolar vários países da África Ocidental. ■

Mortos em Angola

PÚBLICO, 19.3.95

A UNITA afirmou ontem que as tropas governamentais abateram 30 pessoas na província do Bengo, vizinha de Luanda, e avisaram que haverá forte luta se as Nações Unidas não resolverem a situação. A Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan), captada em São Tomé pela agência Reuter, disse que o

Governo enviou dois batalhões para a zona de Bula Atumba. Enquanto isso, um comunicado das Forças Armadas Angolanas alega que oito civis foram mortos quinta-feira e sete feridos numa emboscada armada pela UNITA a um veículo entre Caimbambo e Cubal, na província de Benguela. ■

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20115-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Inscrições internacionais: US\$ 250,00; nacionais: US\$ 200,00; Pesquisadores: US\$ 100,00. WE ASK FOR EXCHANGE.

LA
BE
SC

I M P R E S S O